



PROPOSTAS PARA A CONCLAT 2022,
APROVADAS PELO PLENÁRIO DA UGT-SÃO PAULO

Nós, as trabalhadoras e os trabalhadores paulistas, integrantes de entidades sindicais que compõem a União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (UGT-SP), reunidos nesta cidade de Avaré, em 4 de março de 2022, deliberamos e aprovamos a presente relação de propostas para a Pauta da Classe Trabalhadora da CONCLAT 2022.

Antes que sejam relacionadas as sugestões, é necessário deixar claro o posicionamento de nossa Central: não comungamos com os valores defendidos pelo atual governo, muito menos com as políticas implementadas por seu antecessor.

Não é admissível que, em nome do lucro, sejam precarizadas as relações de trabalho nem que, para que poucos enriqueçam cada vez mais, milhões de brasileiras e brasileiros sejam condenados a viver em miséria, em condições degradantes e submetidos a agruras e sofrimento.

A União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo sempre milita e vai continuar atuando para que haja justiça social. É nossa missão lutar pela valorização da classe trabalhadora. Seguiremos combatendo a exploração, que é facilitada pelo desespero de quem não tem um prato de comida para servir àqueles que ama e por quem deveria zelar.

A União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo também condena, de maneira veemente, a política negacionista do atual governo, que levou a óbito centenas de milhares de brasileiras e brasileiros e lançou o país em um abismo de

recessão que agravou o desemprego e tornou mais vulneráveis as famílias menos abastadas.

Em uma economia na qual a inflação atinge dois dígitos, acarretando sucessivos aumentos em itens vitais à sobrevivência, combinada com a estagnação econômica, vemos o país regressar ao mapa da fome. Falta trabalho para 29 milhões de pessoas, (desempregados, subocupados e força de trabalho potencial não utilizada) taxa que é o dobro da média mundial. Neste cenário, 116,8 milhões de pessoas padecem de insegurança alimentar e 15 milhões em nível de pobreza extrema.

A crise gerada pelo atual governo jogou na rua famílias de classe média e as obrigou a consumir carcaças e ossos para se alimentar, outras encontram a sobrevivência em meio ao lixo, cenário inadmissível para um país como o nosso.

Levando em conta estes posicionamentos e buscando oferecer subsídios para uma discussão que realmente privilegie relações de trabalho mais justas e humanas, temos a honra de trazer ao debate as seguintes propostas, dentro dos temas da CONCLAT 2022:

1 – EMPREGO

1.1 - Adoção do Trabalho Decente com o incremento de parcerias com vistas à realização de cursos profissionalizantes. Ampliar a rede pública que oferece ensino superior e técnico, como as ETECs, FATECs e Universidades, principalmente em cidades do interior.

1.2 - Defender a retomada da produção da indústria nacional que reflete nos setores de comércio e serviço que, por sua vez, estimulam o consumo.

1.3 - Estender o pagamento de auxílio no valor mínimo de R\$ 600,00 para que as famílias afetadas pela crise aprofundada pela pandemia possam se manter até que haja uma reação da economia nacional e os altíssimos índices de desemprego sejam amenizados.

1.4 - Instituir programa público de formação e aperfeiçoamento para trabalhadoras e trabalhadores que se encontram fora do mercado, garantindo que eles possam buscar a reinserção de maneira mais justa.

1.5 - Criar programa de subsídio para gêneros de primeira necessidade, de maneira a reduzir o valor da cesta básica e, com isso, garantir que famílias com menor poder aquisitivo possa ter segurança alimentar.

1.6 - Estabelecer uma política clara de geração de empregos, seja através de realização de obras públicas com contratação emergencial de mão de obra atualmente fora do mercado, seja através do estímulo à iniciativa privada.

1.7 - Garantir que todos os trabalhadores, da cidade e do campo, tenham acesso a equipamento adequado para se manterem livres de covid-19, barrando o avanço da doença e garantindo que a pandemia, efetivamente, chegue a um fim.

1.8 - Fortalecer o Ministério do Trabalho para que o órgão passe a funcionar como real mediador das relações de emprego no país, e reforçar seu caráter fiscalizatório, punindo com severidade aqueles que burlam normas com objetivo de explorar o trabalhador.

1.9 - Adotar, a exemplo do que já ocorre em alguns países da Europa, a jornada semanal de 40 horas – sem redução salarial ou corte de outros direitos.

1.10 - Combater os trabalhos escravo e infantil.

1.11 - Estabelecer critérios para disciplinar o trabalho remoto, com a elaboração de legislação de proteção social, que contemple e regule este tipo de atividade.

1.12 - Criar políticas públicas de amparo ao ingresso de jovens no mercado de trabalho.

1.13 - Lutar pela igualdade salarial entre homens e mulheres.

1.14 - Promover uma reforma agrária que seja eficiente e que, efetivamente, contemple famílias ligadas à atividade rural, acompanhada de política creditícia, escoamento da produção e assistência técnica, combatendo latifúndios improdutivos e oferecendo oportunidade para o crescimento da agricultura familiar.

1.15 - Criar ferramentas para reinserção e manutenção de trabalhadores acima de 45 anos no mercado de trabalho.

1.16 - Combater o assédio moral e outros tipos de assédio e formas de pressão psicológica aos trabalhadores e trabalhadoras.

2 – DIREITOS

2.1 - Constituir um pacto pelas revisões das reformas Trabalhista e Previdenciária.

2.2 - Retomar a política de valorização do salário mínimo com ganhos reais, garantindo remuneração digna a todos as trabalhadoras e trabalhadores.

2.3 - Estabelecer políticas de tratamento igualitário para todos os gêneros e raças.

2.4 - Eliminar definitivamente todas as formas de flexibilização de horários de trabalho que favorecem a exploração e sujeitam as trabalhadoras e trabalhadores a jornadas desgastantes e desumanas e, quase sempre, mal remuneradas ou não remuneradas.

2.5 - Reformular o dispositivo legal que autoriza as terceirizações na iniciativa privada e, no setor público, impedir a contratação de servidores sem a prévia realização de concursos públicos.

2.6 - Defender a criação do Ministério da Previdência Social, como gestor do sistema previdenciário do setor público e privado que assegure a correta aplicação dos direitos previdenciários, garantindo a toda trabalhadora e todo trabalhador brasileiro acesso a aposentadoria com valores dignos, e intenso combate às fraudes e sonegações, sem concessão de anistia e parcelamentos centenários.

2.7 - Garantir que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham acesso a um programa de renda no período de entressafra ou em caso de evento que reduza ou paralise a produção.

2.8 - Fornecer passe livre em transporte coletivo para os desempregados.

2.9 - Garantir aposentadoria para todos os brasileiros e brasileiras, com revisão da forma de cálculo que lhes assegure dignidade de vida, bem como a recuperação do poder de compra dos atuais aposentados com o resgate do número de salários mínimos estabelecido na época da concessão da aposentadoria. Política de aumento real do salário mínimo com a aplicação automática em todas as aposentadorias. Reajuste das aposentadorias na mesma data e percentuais do reajuste do salário mínimo. Garantia de acesso gratuito a medicamentos a todos aposentados, pensionistas e idosos com renda igual ou inferior a 3 salários mínimos. Estabelecimento de políticas de promoção da melhoria das condições de vida dos aposentados pensionistas e idosos que proporcione lazer, esporte e cultura

3 – DEMOCRACIA

3.1 - Promover autonomia e liberdade sindical por meio do combate às práticas antissindicais.

3.2 - Trabalhar para que o processo eleitoral de outubro de 2022 siga transparente e seguro, combatendo a desinformação em forma de fake news.



3.3 - Defender as instituições e a autonomia dos Três Poderes.

3.4 - Rever as políticas de cobrança de Imposto de Renda, instituindo um escalonamento que projete maiores taxas sobre quem ganha mais e isente os trabalhadores com menor remuneração. Instituir a cobrança de impostos sobre grandes fortunas e repasse de dividendos.

3.5 - Atuar de maneira a estimular a eleição de Presidente da República, Governador, Senador, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Distritais, Prefeitos e Vereadores comprometidos com os trabalhadores, que defendam e garantam o Estado Democrático de Direito e a melhoria do País.

3.6 - Criar mecanismos para estimular a participação da classe trabalhadora na vida política do país.

3.7 - Impedir o avanço das privatizações e o sucateamento das estatais com foco em sua desvalorização e revenda abaixo do valor de mercado.

3.8 - Fortalecer o IBGE e outras instituições públicas produtoras de conhecimento, de modo a enriquecer o conteúdo estatístico nacional para planejamento estratégico a longo prazo.

3.9 - Garantir a soberania de decisões tomadas em assembleias sindicais.

4 – VIDA

4.1 - Incentivar o surgimento e o crescimento de novas micros e pequenas empresas garantindo, àqueles que querem empreender, oportunidade de chegar ao mercado. Criar linhas de crédito a juro zero, facilitadas para estes micros e pequenos empreendedores e instituir planos de estímulo para seu desenvolvimento.

4.2 - Garantir a expansão da rede de internet no país, oferecendo planos gratuitos para famílias de baixa renda, permitindo, desta maneira, que estas brasileiras e brasileiros possam realizar pesquisas e aprofundar seus conhecimentos.

4.3 - Proibir a utilização de agrotóxicos banidos em outros países por sua nocividade e que, com autorização do atual governo, foram liberados e estão sendo amplamente utilizados no Brasil, colocando em risco os trabalhadores rurais e a segurança alimentar dos brasileiros.

4.4 - Valorizar os aposentados, com a instituição do 14º salário para a categoria.

4.5 - Defender, fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS) e o respeito ao trabalho científico de profissionais da área da saúde.

4.6 - Resgatar programas de financiamento estudantil que facilitem o acesso ao ensino superior.

4.7 - Atuar em defesa das populações ribeirinhas e dos povos indígenas.

4.8 - Estabelecer políticas públicas de promoção das populações de rua, com a expansão de redes especializadas de atendimento.

4.9 - Estimular a vacinação e a realização de testes. Num País que já soma mais de 650 mil mortos pela Covid-19, este deve ser um ponto imprescindível.

4.10 - Adoção de políticas públicas que visem criar mecanismos de combate e erradicação da violência doméstica, com ênfase na proteção da mulher pelo fim do feminicídio.

4.11 - Implementar educação financeira nas escolas.

4.12 - Combater o racismo estrutural e aos trabalhadores LGBTQIA+ com política efetiva de inserção no mercado de trabalho.

4.13 - Estimular planos de carreira para pessoas com deficiência.

A União Geral dos Trabalhadores entende que sem o tratamento justo a todos as brasileiras e brasileiros nunca haverá pleno desenvolvimento de nosso país.

A despeito do que pregam aqueles que defendem o estado mínimo, o que pudemos observar durante este período de crise mundial provocado pelo coronavírus é que, mais que nunca, é necessário que haja um Estado forte voltado à defesa da população que se faz com a eleição ou a reeleição de candidatas e candidatos comprometidos com a classe trabalhadora.

Mas, há de se destacar que este governo não pode se colocar em posição servil e, de maneira mansa, atender aos desejos e anseios do mercado ou de grandes corporações.

O que se faz necessário, mais que nunca, é que haja um governo humano, com olhos voltados para seu povo e genuinamente ocupado em promover o desenvolvimento das pessoas, não do lucro.

Reiterando nosso posicionamento em favor das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, apresentamos estas propostas, esperando poder contribuir para o enriquecimento deste debate que, acreditamos, tem tudo para levar nosso país e seus habitantes, ao lugar de destaque que ele merece.

Avaré, 4 de março de 2022.

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO



AMAURI SÉRGIO MORTÁGUA
PRESIDENTE UGT SÃO PAULO